



PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: O DISCURSO CAPITALISTA NO CAMPO EDUCACIONAL

*Eric Ferdinando Kanai Passone*¹

RESUMO: A partir da indagação conceitual própria da psicanálise no campo da educação, este trabalho reflete sobre a outra cena da política educacional, isto é, o desejo que sustenta o imaginário social desse discurso hegemônico e que determina às práticas discursivas pedagógicas contemporâneas. As práticas discursivas articuladas em torno da educação básica e da gestão do sistema público de ensino por resultados geram os piores efeitos sobre o ato educativo, sobre o professor, sobre a criança e a própria gestão educacional, na medida em que reinscreve a educação a partir do discurso do capitalismo no campo da educação, cuja marca é a produção em massa de capital humano de excelência, característico das sociedades globalizadas, e do discurso científico-universitário de análise da política educacional, no qual o sujeito passa a ser identificado e rotulado de acordo com os resultados e padrões normativos. Tal cenário demanda novas análises, bem como pesquisas para ampliar o quadro teórico sobre o estatuto do sujeito do desejo, o ato educativo e as possíveis posições que a criança assume junto à demanda do adulto, no contexto das políticas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise e educação. Discurso capitalista. Políticas educacionais.

EDUCATION AND PSYCHOANALYSIS: THE CAPITALIST DISCOURSE IN THE EDUCATION FIELD

ABSTRACT: From the conceptual concerns of psychoanalysis investigations in the education field, this paper reflects to the another scene of educational policy, that is, the desire that sustains the social imaginary of the hegemonic discourse and determining the contemporary pedagogical discursive practice. The articulated discursive practice around the basic education and the management of the public education system caused the worst effects on the educational act, to the professors, to the children and to their own educational management, rewriting the education from the capitalist discourse characterized by human capital mass production, brand of globalized societies and scientific university discourse analysis of educational policy, in which the subject is identified by the results and normative standards. This scenario requires new analysis and researches to expand the theoretical framework about the status of the subject of desire, the education act and the possible positions that the children take with the adult demand in the educational policies context.

KEYWORDS: Psychoanalysis and education. Capitalist discourse. Educational policies.

PSICOANÁLISIS Y EDUCACIÓN: EL DISCURSO CAPITALISTA EN EL CAMPO EDUCATIVO

RESUMEN: A partir de una indagación conceptual propia del psicoanálisis en el campo de la educación, este trabajo se refleja sobre otra escena de la política educacional, o sea, el deseo que sustenta lo imaginario social de ese discurso hegemónico y que determina las prácticas discursivas pedagógicas contemporâneas. Las prácticas discursivas articuladas en torno de la educación básica y de la gestión del sistema público de enseñanza por resultados generan los peores efectos sobre el acto educativo, sobre el

¹ Psicanalista. Doutor em Educação pela Universidade de Campinas. Pós-doutorando no *Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre a Infância – LEPSI – IP/FE* – do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP. Pesquisador apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Brasil (Processo Número: 13/02840-6) – São Paulo, SP – Brasil – E-mail: ericpassone@yahoo.com.br

Recebido em: 25/10/2013 – **Aceito em:** 11/12/2013.

profesor, sobre el niño y sobre la propia gestión educacional, en la medida en que se reinscribe la educación a partir del discurso del capitalismo en el campo de la educación; cuya marca es la producción en masa de capital humano de excelencia, característico de las sociedades globalizadas, y del discurso científico-universitario de análisis de la política educacional, en el cual el sujeto pasa a ser identificado y rotulado de acuerdo con los resultados y padrones normativos. Este escenario demanda nuevos análisis, así como investigaciones para ampliar el cuadro teórico sobre el estatuto del sujeto de deseo, el acto educativo y las posibles posiciones que el niño asume junto a la demanda del adulto, en el contexto de las políticas educacionales.

PALABRAS-CLAVE: Psicoanálisis y educación. Discurso capitalista. Políticas educacionales.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, tornou-se lugar-comum dizer que a Psicanálise subverteu o modelo cartesiano de produção de conhecimento, deslocando a noção de sujeito da razão ou da consciência para a noção de sujeito do desejo ou do inconsciente. Com isso, não se deve entender que o discurso psicanalítico tende a suprimir o discurso da Ciência, pois, como discursos, a Ciência e a Psicanálise se encontram em lugares diferentes em relação ao saber e a verdade. Como lembrou Lacan, o sujeito do inconsciente não teria outro lugar epistêmico a não ser como desdobramento do pensamento cartesiano, isto é, não poderia ter outro lugar senão o da Ciência, cujo pressuposto de conhecimento encontra-se na dimensão do objeto.

O inventor da Psicanálise, Sigmund Freud (1856-1939), considerava-se um homem da Ciência e, como tal, seu discurso era comprometido com as ciências experimentais. É curioso observar que, em nome de um saber positivo, Freud chegou à descoberta do inconsciente, demonstrando uma diferença radical quanto ao seu estatuto epistêmico, o qual determinou sua teoria sobre a divisão do sujeito, ou como em Lacan, na “divisão experimentada do sujeito como divisão entre o saber e a verdade” (LACAN, 1966/1998). O cientificismo de Freud, como um legado simbólico de sua época, levou-o a trilhar o caminho de sua descoberta, revelando a posição de saber e verdade sobre o real que a Ciência sustenta no mundo moderno, a partir de seu avesso, o saber do inconsciente, marca do infantil sexual, da castração e do desejo, o qual implica toda divisão estrutural e constitutiva do psiquismo.

Instala-se, desse modo, uma maneira de pensar a subjetividade que descentra e desloca a equivalência eu = sujeito = consciência (LEITE, 1994, p. 15). Tal posição implicou a constituição de um novo modo de pensar, a criação de um novo instrumento de pesquisa e o questionamento do cogito cartesiano (o Eu como o lugar da verdade) frente à hipótese do inconsciente freudiano (o Eu como lugar de ocultamento) e seu efeito de fissura com o sujeito racional e a consciência fenomenológica e humanista. O sujeito do conhecimento, inicialmente descrito pela lógica aristotélica, conflita com o sujeito do inconsciente, que se revela como impossível. Como destacou Goldenberg

(2010), a Psicanálise, como uma “prática científica” do saber inconsciente, aborda *isso*² que não se encaixa, o que não tem medida e claudica, o que se apresenta muitas vezes como excessivo e que, a “política, a justiça, a economia, a escola e a medicina procuram normalizar sem demasiado sucesso”.

Na história iniciada com Freud, diferentes leitores e praticantes inscreveram seus nomes no campo psicanalítico. Jaques-Marie Émile Lacan (1901-1981) foi um dos que cartografou os conceitos fundamentais da Psicanálise para sustentar sua premissa: o inconsciente é estruturado como uma linguagem, subvertendo a ortodoxia instaurada pelos membros da Associação Psicanalítica Internacional, com sede em Londres, a IPA. Denominando sua empreitada como “retorno a Freud”, Lacan inventou uma prática clínica que incorporava os discursos da Lógica, da Matemática, da Filosofia, da Linguística, da Antropologia, da Literatura e de uma determinada leitura de Hegel, apresentada por Alexandre Kojève, na década de 1930, em Paris.

A partir da releitura dos textos freudianos e da crítica ao *modus operandi* dos psicanalistas afiliados à IPA, Jacques Lacan cria o discurso analítico, diferenciando a Psicanálise do discurso do mestre, isto é, delimita um campo próprio à Psicanálise, um estatuto diferente dos discursos educativos, religiosos, filosóficos e científicos. No seu famoso *Discurso de Roma* (1953/1998), Lacan lança críticas aos “doutos” especialistas que, ao longo dos anos decorridos, demonstraram completa “aversão do interesse pelas funções da fala e pelo campo da linguagem”, enfatizando que os interesses desses ficaram em torno da “função do imaginário”, em detrimento do campo simbólico (Lacan, 1953/1998, p. 243-44). De outro modo, em defesa à “coisa” freudiana, Lacan enfatizará que os conceitos psicanalíticos “só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala” (Ibid., p. 247), ao mesmo tempo em que delimita o campo operativo próprio da Psicanálise. Ele diz, “... seus meios são os da fala, na medida em que confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real” (Ibid., p. 259), destacando os efeitos subjetivizantes que operam no campo da linguagem e da fala.

Nesse sentido, este ensaio busca inscrever uma reflexão sobre a Educação contemporânea, a partir dos estudos e pesquisas em Psicanálise e Educação. Para abordar o discurso capitalista em torno do ensino e da educação, buscou-se a “teoria dos discursos”, conforme Lacan apresentou no *Seminário 17 – O avesso da Psicanálise*. Com tal ferramental analítico, parte-se para uma leitura sobre os discursos em torno da política educacional nos Estados modernos e a atual subjunção da Educação ao discurso do mestre moderno, o capitalismo. Em tal leitura, propõe-se questionar os efeitos

² Trata-se de um conceito referente à Psicanálise.

discursivos do capitalismo no campo educacional. Se a transmissão encontra na palavra as condições para que a educação aconteça, bem como implica a dimensão inconsciente da fala e da linguagem, isto é, a impossibilidade de se controlar o processo de linguagem, de controlar o que se aprende, de programar o que pensamos, então, o que significa para o sujeito a Educação pensada em termos da economia capitalista? Isso não seria o avesso da condição de mestria da palavra, cuja “eficácia” não se encontra na lógica dos resultados e dos lucros, mas, conforme aponta Lajonquière (2009), na possibilidade de criar marcas simbólicas que inscreva o desejo da criança no e pelo mundo.

No curso da análise que precede, apresentar-se-á um recorte sobre a teoria lacaniana dos discursos como laços sociais, destacando sua estrutura e seus elementos lógicos, assim como uma análise dos **discursos no avesso da Psicanálise**, como os discursos balizados pelo desejo de poder e domínio. Para enfim interrogar os efeitos do discurso capitalista sobre o sujeito do desejo.

2 O DISCURSO COMO LAÇO SOCIAL

Um ano após os movimentos sociais de 1968, Lacan apresentou em seu *Seminário 17* a noção de discurso como laço social, formulando o que ele denominou com o neologismo “quadrípodes”. Os discursos foram retratados por quatro fórmulas que representam as estruturas dos laços sociais básicos; as relações do sujeito com o outro; a função do objeto causa de desejo – objeto *a*; bem como, a posição em que o sujeito se situa em relação à verdade de seu próprio ser, de seu próprio gozo e de seu saber, ou, mesmo com relação aos ideais e fantasias que o orientam a partir de sua injunção simbólica com o real, promovido pelo laço social ou discurso.

Por meio de conceitos oriundos da Lógica, da Física, da Linguística e da Topologia Matemática, Lacan operou a diferenciação entre o lugar da verdade e do saber, no discurso do mestre e o discurso do analista, assim como, sucessivamente, aconteceria com os discursos da histórica e do universitário e, posteriormente, com a proposição do discurso do capitalismo, dois anos mais tarde, no discurso apresentado em Milão em 1972.

O discurso, segundo Lacan, “retrata um lugar e sua função de lugar só pode ser criada pelo próprio discurso, cada um em seu lugar, isto só funciona dentro do discurso (...) toda determinação de sujeito, portanto de pensamento, depende do discurso” (LACAN, 1969-70/1992, p. 144). Tal posição implica os efeitos de linguagem na determinação do ser: “Porque somos (...) resultado do emprego da linguagem. Quando digo o emprego da linguagem, não quero dizer que a empreguemos. Nós é que somos seus empregados. A linguagem nos emprega, e é por aí que aquilo goza” (Ibid., p. 62).

Lacan diz, “são discursos sem palavras, que vem em seguida alojar-se neles”, pois “os discursos em apreço nada mais são do que articulação significativa, o aparelho, cuja mera presença, o status existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras” (LACAN, 1969-70/1992, p. 158-159). Quinet (1993, p. 182) destaca que, “o discurso para a Psicanálise se distingue do discurso para a linguística por incluir um elemento que não faz parte da linguagem, que está fora da cadeia dos significantes, e que é real e, portanto, não simbólico: o objeto de gozo, causa do desejo”. No capítulo V do Seminário 17, intitulado *O Campo Lacaniano*, o saber³ é articulado com o campo do gozo, o que torna o discurso um modo de “aparelhar o gozo”, marcado pela articulação dos conceitos de repetição, pulsão de morte e seus derivados, isto é, o discurso de Lacan estrutura o gozo. O mal-estar na civilização, expresso nos laços sociais, deriva dessa dimensão de aparelhamento do gozo, que faz o discurso por meio da linguagem, no qual há sempre uma perda equivalente à renúncia pulsional necessária para a criação de laços sociais:

O discurso como laço social é um modo de aparelhar o gozo com a linguagem, na medida em que o processo civilizatório, para permitir o estabelecimento das relações entre as pessoas, implica a renúncia da tendência pulsional de tratar o outro como um objeto a ser consumido: sexual e fatalmente. (...) A civilização exige do sujeito uma renúncia pulsional. Todo laço social é portanto um enquadramento da pulsão, resultando em uma perda real de gozo (QUINET, 2006, p.17).

Tal aparelho representa a introdução de novos elementos que compõem a estrutura do discurso, principalmente, no que se refere à noção de *objeto a*, como o “mais-de-gozar”, que opera com a repetição e a perda de gozo que envolve o seu funcionamento: “... a repetição se funda em um retorno do gozo. E o que a esse respeito é propriamente articulado pelo próprio Freud é que, nessa mesma repetição, produz-se algo que é defeito, fracasso” (LACAN, 1969-70/1992, p. 44). Na estrutura do discurso, Lacan denominou de mais-de-gozar o equivalente à noção da “mais-valia” marxista, uma vez que a perda de gozo implica justamente aquilo que não se contabiliza na produção, não sendo considerado, mas que retrata o trabalho do discurso como meio de gozo. Lacan apresentou a estrutura do discurso por meio de uma fórmula composta por diferentes funções e elementos:

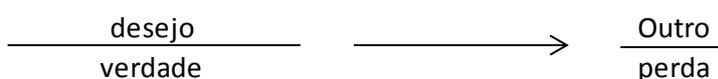


³ Trata-se de compreender que existe uma diferença radical entre o saber e o conhecimento. Lacan enfatiza o saber como uma operação resultante do sujeito do inconsciente, enquanto o conhecimento pode ser pensado por sua dimensão instrumental, racional, como o conhecimento produzido e acumulado pela ciência e pela Universidade.



Reproduzido de: Lacan (1992, p. 97).

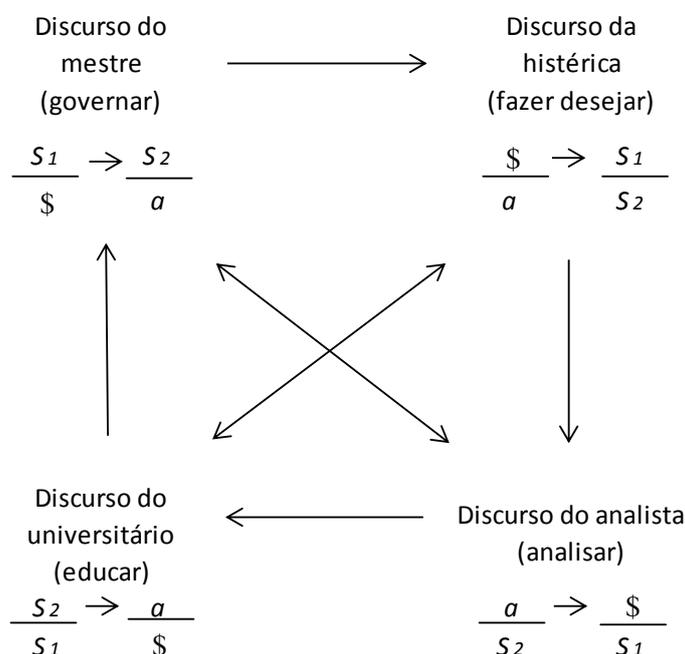
Lacan enuncia as funções próprias do discurso a partir da “clivagem que opera o funcionamento do discurso definido pela distinção do significante-mestre em relação ao saber. (...) Nesse discurso o sujeito se encontra ligado, com todas as ilusões que comporta, ao significante-mestre, ao passo que a inserção no gozo se deve ao saber” (LACAN, 1969-70/1992, p. 97). Nesses quatro lugares, que fundam as funções do discurso, pode-se apreender a ênfase de Lacan em situar o desejo, de um lado, e o lugar do Outro, na posição simetricamente oposta.



Reproduzido de: Lacan (1992, p. 98).

A parte inferior esquerda, “que figura sob o desejo é o da verdade. Sob o Outro, é aquele onde se produz a perda, a perda de gozo da qual extraímos a função do mais-de-gozar” (*Ibid.*, p. 97). Essa fórmula, segundo Lacan, deve ser tomada como uma topologia que funda um campo operatório e formaliza os discursos já inscritos naquilo que se denominou dizer que funciona como realidade, “a do discurso que já está no mundo e que o sustenta” (*Ibid.*, p. 13), possibilitando a sua escritura e o modelo de operar o seu funcionamento. No esquema lacaniano, tal estrutura foi retratada na matriz dividida em dois campos, o do sujeito (do desejo) e o do Outro. Segundo Souza (2003) e Quinet (2006, 2009), têm-se nessa matriz, os lugares e os elementos constitutivos e operacionais do “aparelho algébrico”: o *agente do discurso* (aquele de onde o discurso procede), o *outro do discurso* (aquele que faz o discurso trabalhar), o *produto* (aquilo que o discurso produz) e a verdade (causa do desejo) encoberta sob a posição do agente.

Para formular a posição que ocupa o sujeito no discurso, Lacan propôs quatro elementos em seu aparelho: o significante (S₁) – significante-mestre que representa o sujeito para outros significantes e que confere consistência à cadeia; o saber (S₂) – significante do saber inconsciente, do trabalho e da comunicação; o *objeto a* (causa de desejo); e, o sujeito (\$) – par ordenado que expressa dependência e articula o sujeito dividido (\$) entre a demanda e o desejo do outro. Em suma, os elementos S₁ (poder), S₂ (Saber), \$ (sujeito), *a* (objeto mais-de-gozar) assumem as quatro “casas” constituídas pelo lugar do sujeito e o lugar do outro significante, possibilitando um movimento entre essas quatro letras e as duas posições da estrutura a partir de um quarto de volta.

Os discursos


Reproduzido de: Quinet, 2006, p. 29

Conforme Quinet (2006), “essas quatro formas de as pessoas se relacionarem entre si – governar, educar, analisar e fazer desejar – Lacan chamou de discursos, pois os laços sociais são tecidos e estruturados pela linguagem (...)”, e visam “aparelhar o gozo com a linguagem, para permitir o estabelecimento das relações entre as pessoas” (QUINET, p.17).

Governar corresponde ao discurso do mestre/senhor, em que o poder domina; educar constitui o discurso do universitário, dominado pelo saber; analisar corresponde ao laço social inventado no início do século XX por Freud, em que o analista se apaga como sujeito por ser apenas causa libidinal do processo analítico, e fazer desejar é o discurso da histórica dominado pelo sujeito da interrogação (no caso da neurose histórica, trata-se da interrogação sobre o desejo), que faz o mestre não só querer saber, mas produzir um saber.

Para a Psicanálise, a civilização sempre foi tributária do discurso do senhor, ou do mestre, tendo como efeito estrutural o mal-estar vivenciado no nível individual e social, principalmente, como afirmou Freud em *Mal-estar na civilização* (1929), sobre aquilo que se relaciona às relações sociais.

3 OS DISCURSOS NO AVESDO DA PSICANÁLISE

Historicamente, o discurso do mestre esteve associado à escritura da religião, da filosofia, da política, isto é, o discurso do mestre retrata uma relação de domínio. Em oposição, Lacan postulou o discurso do analista e da histérica, que se encontra “no polo oposto a toda vontade, pelo menos confessada de querer dominar” (LACAN, 1969-70/1992, p.65). Sousa (2003, p. 94) lembra que esses lugares vêm sendo ocupados ao longo dos tempos por diferentes pares, os quais se destacam como exemplos: “o amo e o escravo”; “o mestre e o *a*-estudado”; “o analista e o analisando”; “o homem e a mulher”; e, até mesmo “os cruéis e os ressentidos”.

De outro modo, o discurso do analista é o único em que a causa do laço social coincide com o objeto causa do desejo, permitindo o sujeito se inscrever simbolicamente por meio de seu dizer frente ao impossível do real, do gozo, da sua sexualidade, da sua singularidade. Ao contrário, pode-se dizer que, os discursos do mestre e do universitário consolidam o campo do domínio, ou seja, os discursos no avesso da Psicanálise.

Quando se toma um laço social, pode-se avaliar em qual discurso se está através da dominante ou daquilo que esse discurso confessar querer dominar. Todo discurso que trata o outro como objeto pode ser chamado de discurso universitário. Todo laço social que trata o outro como um mestre é discurso da histérica. Quando alguém trata o outro como um escravo ou como um saber produzir, estamos no discurso do mestre. *O discurso do analista é o único laço social que trata o outro como sujeito.* Quando não é assim, estamos tratando o outro ou como objeto, ou como um mestre, ou como escravo (QUINET, 2006, p.35 – grifo do autor).

Lacan demonstra a partir de sua leitura de Hegel sobre a dialética entre Senhor e Escravo, que o discurso do mestre está articulado ao discurso do senhor. Desde a Antiguidade o senhor ocupou o lugar do significante-mestre que detinha o poder de vida e de morte sobre seu escravo, este que ocupava o lugar do outro como saber (S_2), enquanto um saber-fazer, produzindo coisas para o bom funcionamento do gozo do seu amo.

Na modernidade, diz Lacan, o discurso do mestre colocará em xeque o saber do escravo, extraíndo sua essência para que “esse saber se torne um saber de senhor”. Para ele, o saber do escravo foi subtraído – inicialmente, pela Filosofia e, posteriormente, pelas ciências, transmutado em saber do senhor, ao longo da História:

Em certo momento da evolução do conhecimento, o mestre tratou de se apropriar do Saber que era produzido pelo escravo, que ficou mantido por muito tempo nessa posição. Ele [o escravo] guardava a função de ser aquele que trabalhava e, por isso mesmo, ocupava o lugar do Saber e do gozo [à direita e acima]. Mais tarde, a filosofia, as ciências e, mais próximo de nossos dias, a própria Universidade determinaram um progresso dessa relação, universalizando esse Saber do escravo. Transmutado num saber de mestre, ele passou a circular no mercado com valores especiais de troca, de uso e ainda agregado de um certo poder (SOUZA, 2003, p.135).



Nessa passagem do discurso do senhor antigo para o discurso do mestre moderno, Lacan (1969-70/1992, p. 97) implica o discurso universitário, como discurso do progresso: o “discurso universitário é onde o discurso da ciência se alicerça”; a universidade, as ciências determinaram o processo de universalizar o saber, como consumado o processo de espoliação do saber no nível do escravo, tornando-se puro saber do senhor, regido por seu mandamento” (LACAN, 1969-70/1992, p. 98.).

No discurso da universidade, o saber mantém uma relação com sua verdade (S_1), que retrata o poder de dominação do significante-mestre. Lacan diz: “O S_2 tem aí o lugar dominante na medida em que foi no lugar da ordem, do mandamento, no lugar primeiramente ocupado pelo mestre que surgiu o saber” (LACAN, 1969-70/1992, p.109). Na posição do outro, ou no lugar do trabalho surge o estudante, como aquele que deve “produzir e fazer brotar a verdade”. Segundo Lacan, “é impossível deixar de obedecer ao mandamento que está aí, no lugar do que é a verdade da ciência – *Vai, continua. Não para. Continua a saber sempre mais*” (LACAN, 1969-70/1992, p. 110). Em suma, o que tal imperativo revela é que o produto desses discursos constitui-se como “mais-valia”, ou o “mais-de-gozar”. Dito de outro modo, aquilo que se produz se paga com o gozo – o trabalho e o gozo do proletário, como um excesso e uma perda, que é tomado e espoliado pelas ciências. Nesse sentido, Lacan cria o termo “*a-estudado*”, colocando o estudante na mesma condição do trabalhador, “ele tem que produzir alguma coisa”, como um *estudado* em algum assunto. Com isso, Lacan faz acentuar que, em “razão do desnudamento cada vez mais extremo do discurso do mestre, que o discurso da Universidade acaba manifestando”, a posição do estudante no lugar do objeto *a*, o qual está “no lugar do explorado pelo discurso universitário” (LACAN, 1969-70/1992, p. 156). O resultado constatável dessa operação é produzir, tal qual uma montagem em série, docentes, na medida em que se produz o sujeito barrado e/ou dividido, gerando um reducionismo intolerável da função da Universidade. Lacan responde aos estudantes, em *Analyticon*, sessão proferida na universidade de Vincennes (LACAN, 1969-70/1992), sobre a posição de “mais-valia” que eles ocupam:

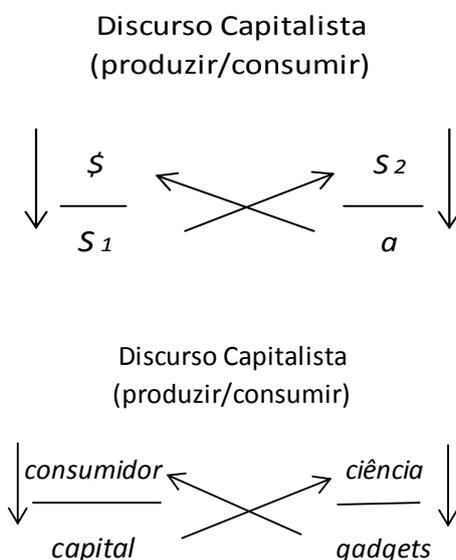
Vocês são os produtos da Universidade, e comprovam que a mais-valia são vocês, quando menos no seguinte, que não apenas consentem, mas aplaudem, e ao que eu não teria por que fazer objeções – e que saem dali vocês próprios equiparados a mais ou menos créditos. Vocês vêm aqui tornar-se créditos. Saem daqui etiquetados como créditos, unidades de valor (LACAN, 1969-70/1992, p. 212).

O psicanalista indica que o saber deixa de ser um atributo do trabalho do sujeito para ser um saber do mestre capitalista. O que se opera nessa passagem é uma modificação no lugar do saber, Lacan diz

Pois este é precisamente o S_2 do senhor, mostrando o cerne do que está em jogo na nova tirania do saber. Isto é o que torna impossível que nesse lugar apareça, no curso do movimento histórico – como tínhamos, talvez esperanças –, o que cabe à verdade. O sinal da verdade está agora em outro lugar. Ele deve ser produzido pelos que substituem o antigo escravo, isto é, pelos que são eles

próprios produtos, como se diz, consumíveis tanto como os outros. *Sociedade de consumo*, dizem por aí. *Material humano*, como se enunciou num tempo – sob os aplausos de alguns... (LACAN, 1969-70/1992, p. 30 - grifo do autor).

Nessa perspectiva, o saber passa à lógica do funcionamento do capital, tal como as leis de mercado, equivalendo ao valor de troca, de uso, agregando poder: “O saber, como tal, passa a valer o quanto se pode vender e comprar dele. Nestas condições, o ‘próprio proletário’ também vai se transformar num valor de mercado que pode ser vendido e comprado” (LACAN, 1969-70/1992, p. 135). Decorrente de suas formulações, Lacan postulará o discurso do capitalista, sustentado pela produção de mais-valia, na própria lógica do mercado. O discurso do capitalismo foi pronunciado em 12 de maio de 1972, em uma conferência em Milão, quando Lacan apresentou a seguinte fórmula:



Reproduzido de: Quinet (2006).

Souza (2003) analisa que, o discurso do capitalismo foi formulado por Lacan, enquanto uma resposta à sua inquietação sobre o lugar da Psicanálise e do psicanalista na cultura e na política. Lacan propõe o discurso do capitalismo como sendo o laço social dominante da sociedade contemporânea, revendo sua posição anterior, no seminário *O avesso da psicanálise*, quando afirmava ser o discurso da universidade, o discurso do mestre moderno. O discurso capitalista foi composto a partir do discurso do mestre, quando Lacan propõe uma inversão dos elementos da primeira fração (lugar do sujeito) (QUINET, 2006; SOUZA, 2003).

Conforme Quinet (2006), esse discurso não faz laço social, os vetores não implicam nenhuma relação entre o agente e o outro. Ao contrário do discurso do mestre, em que o acesso direito ao objeto se encontra excluído, seja o mais-de-gozar ou o objeto *a*, marca da castração que ordena o impossível do real, no discurso capitalista não há



disjunção entre $\$$ e a , entre o consumidor e o objeto de gozo. A produção da relação direta $a \rightarrow S$ revela que o sujeito é comandado pelo objeto, que ele mesmo produz. É nesse contexto que o assalariado é chamado a colocar seu saber-fazer (S_2) a serviço de seu empregador ($\$$) cuja preocupação principal será extrair um lucro (a) necessário à manutenção do processo de produção (CATHELINEAU, 1997, p. 99). Assim, como agente, o sujeito dividido acredita comandar a produção e o consumo. No entanto, esse sujeito passa a ser determinado pelos novos objetos de consumo, que seduz o sujeito e cria a fantasia de encontrar no real o objeto de desejo. No lugar da verdade, surge o poder do capital, enquanto significante-mestre (S_1), que força o sujeito ($\$$) a consumir os objetos (a), os *gadgets* produzidos pelo saber científico e/ou tecnológico (S_2). Tal operação, diz Lacan, representa a forclusão da castração, na instância da letra do discurso, uma vez que o significante-mestre, agora dominado pelo capital, não faz mais laço social com o outro, por um lado, e determina a suspensão da divisão subjetiva do sujeito, por outro. Essa operação de rejeição da castração traz suas consequências, pois

desliga o *sujeito* do saber inconsciente, causa um apagamento de sua subjetividade e o faz desreconhecer, diz Lacan, “as coisas do amor”. Por isso mesmo, o Saber, tomando o estatuto de “objeto”, adquire essa condição de um bem de consumo que deve ser produzido de uma forma maciça para ser forçosamente consumido (SOUZA, 2003, p. 140).

Dito de outro modo, o discurso capitalista produz um sujeito sustentado pelo desejo capitalista, ou seja, pelo desejo que o leva a produzir, transformando o significante-mestre dinheiro, em objetos de consumo. Como aponta Souza (2003, p. 141), desde que os “objetos tornam-se acessíveis àqueles que os produzem, eles [os proletários e os escravos] acomodam-se e, sem desespero, são usados pelo capital”. Este torna-se fascinante para o sujeito, alienado ao desejo do Outro capitalista, a partir da coesão e legitimização que exerce sobre a sociedade.

Esse discurso “exclui o outro do laço social, pois o sujeito só se relaciona com os objetos-mercadoria, comandado pelo significante-mestre capital”, portanto, é um discurso “que não faz laço social”, uma vez que na lógica da produção o sujeito pressupõe-se como um objeto a ser produzido e consumido, não estabelecendo nenhuma relação entre o sujeito e o outro. (QUINET, 2009, p. 36). Quinet (2006) ressalta que a “sociedade regida pelo discurso capitalista se nutre pela fabricação da falta de gozo”, produzindo “sujeitos insaciáveis”, que se acreditam agentes do discurso, no que concerne a demanda de consumo; “consumo de *gadgets* que essa mesma sociedade oferece como objetos do desejo”, promovendo, dessa maneira, uma “nova economia libidinal”, revelando como a energia libidinal está implicada com o gozo que pressupõe uma produção.

... ao colocar a mais-valia no lugar da causa do desejo, essa sociedade transforma cada um num explorador em potencial de seu semelhante para dele obter um lucro de um sobre trabalho não contabilizado (...) Obter vantagem



para quê? Para consumir mais, mais objetos produzidos pelo capitalismo científico-tecnológico” (QUINET, 2009, p. 39).

Nesse dispositivo de produção, pode-se afirmar que o lugar da “mais-valia” coincide com o dos objetos de gozo – gozo prometido e não alcançável por estrutura. A mais-valia, diz Lacan, ‘é a causa de desejo do qual uma economia faz seu princípio’ (LACAN, apud QUINET, 2006, p. 39). Na terceira parte do *Seminário 17*, denominada *O avesso da vida contemporânea*, Lacan apresenta um novo neologismo, a *latusa*, para denominar os pequenos objetos criados pela ciência para causar o desejo. Ele diz:

O mundo está cada vez mais povoado de latusas (...). E quanto aos pequenos objetos *a* que vão encontrar ao sair, no pavimento de todas as esquinas, atrás de todas as vitrines, na proliferação desses objetos feitos para causar o desejo de vocês, na medida em que agora é a ciência que governa, pensem neles como latusas (LACAN, 1969-70/1992, p. 153).

Ao equiparar o objeto *a* com *latusa*, Lacan enfatiza a “fascinação” desse novo mundo criado e povoado pelos objetos de consumo, os quais operam por meio da produção concreta de objetos de desejo, ou seja, o que tais objetos impõem e determinam ao sujeito. O objeto, nesse caso, não retrata mais a ordem do impossível ou inapreensível, que pressupõe o objeto *a*, “como causa de desejo”, na estrutura do discurso do mestre, pois esse objeto surge como sendo apreensível na realidade e capaz de oferecer ilusoriamente um tipo de satisfação plena. Lacan enfatiza que, no lugar da produção, encontra-se o objeto *a*, como efeito de produção do discurso capitalista. Conforme Quinet,

Esse objeto, que Lacan chamou de *Mehrlust* – mais-gozar – a partir da *Mehrwert* – a mais-valia de Marx –, é o produto que é extraído como excedente do discurso capitalista, que é a versão moderna do discurso do mestre. A mais-valia é a causa de desejo que funda o laço social do capitalista com o proletário. Ela é o produto da política do capitalismo, cuja causa é extrair o gozo do outro, fazendo-o trabalhar (QUINET, 2009, p. 36)

O que está em questão na mais-valia é desvelado pelo discurso capitalista, na medida em que o trabalho e o gozo do proletário, como *um a mais* a ser produzido, passa a ser tomado e espoliado pelas ciências. Nesse ponto, duas questões carecem de comentários: primeiro, a diferença radical entre o discurso do mestre/senhor e o discurso do capitalismo, ou do “mestre moderno”, e, segundo, a própria noção de mais-valia. Na primeira questão, o que difere um discurso do outro, ou seja, o discurso do mestre do discurso do capitalismo, consiste na análise em torno do laço social inscrito em cada discurso. Assim, enquanto no discurso do mestre antigo há a “articulação entre o desejo de um e o desejo do outro”, conforme a dialética de Hegel; no discurso capitalista o laço social inexistente, e é totalmente solipsista, puro gozo equiparável ao livre curso da pulsão de morte. Quinet (2006, p. 40) comenta que no discurso do mestre,

o saber transformador que é o trabalho está do lado do escravo. No discurso capitalista não há mais vínculo entre o senhor moderno, o capitalista, e o

proletário. A figura do capitalista hoje tende a desaparecer, e no lugar dominante temos a figura impessoal do capital globalizado. O senhor absoluto moderno, que vem no lugar hegeliano da morte, é o capital, em relação ao qual, vaticina Lacan, somos todos proletários.

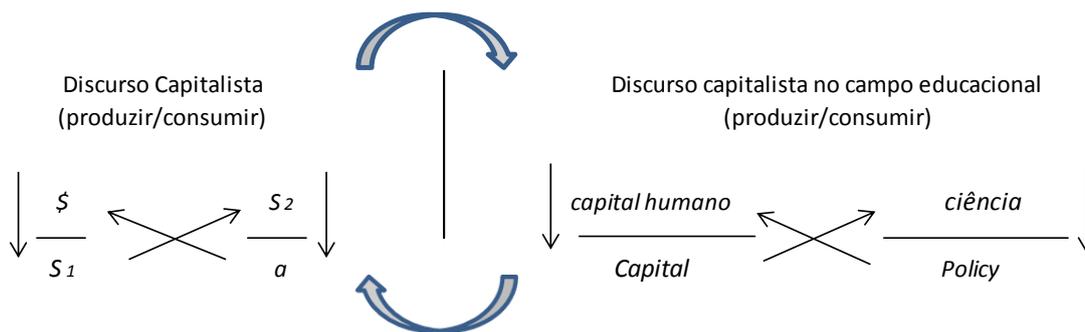
No que concerne à segunda questão, a mais-valia difere da noção psicanalítica de mais-gozar. Verifica-se que Lacan afirmou que Marx, apesar de não ter descoberto a mais-valia, foi aquele que demonstrou seu lugar, na ordem do discurso. A primeira observação que Lacan faz é que, embora Marx tenha desvelado o funcionamento econômico do capital, a política marxista não culminou na criação de um novo laço social frente aos efeitos do discurso capitalista. Paralelamente, pode-se chamar a atenção que, para a Psicanálise, a mais-valia não está associada, simplesmente, à alienação do trabalho proletário e às determinações econômicas, como propõe Marx, ou seja, pela condição em que o homem é determinado pelo trabalho. Lacan enfatiza que a mais-valia descreve uma renúncia necessária ao gozo. Assim, a mais-valia inscreve-se no discurso a partir da lógica do gozo, esse “mais de trabalho”, que “corresponde a essa condição de que aquilo que se produz paga-se com gozo” (SOUZA, 2003, p. 136).

4 O DISCURSO CAPITALISTA NO CAMPO EDUCACIONAL

Na contemporaneidade, a partir do reconhecido domínio do discurso capitalista, concordo com Voltolini (2006), quando diz que a Psicanálise cabe interrogar sobre os efeitos dos laços sociais sobre os sujeitos. Nesse sentido, como desenvolvido em outro momento⁴, pode-se (des) escrever o *discurso capitalista no campo educacional*, na medida em que, como vimos, o campo da educação passa a ser dominado pela lógica do mestre capitalista, alterando profundamente os elementos de dominância do discurso e o que é produzido em termos de laços sociais. Para escritura do *discurso capitalista no campo educacional*, elegendo os seguintes elementos operacionais de análise: o capital, o capital humano, a ciência e a política educacional.

O capital passa a ser o significante-mestre (S₁), que domina todas as esferas da vida, invadindo e controlando tudo, sendo o agente o sujeito dividido, que surge como capital humano, como sujeito do discurso capitalista, por fazer produzir e consumir. Conforme a estrutura abaixo, vemos que o capital passou a ocupar o poder do mestre:

⁴ Cf. no *Dossiê Mal-Estar na Educação*, Revista Estilos da Clínica, o artigo **Autor**.



O capital humano ocupa o lugar do sujeito (\$), sustentado pela verdade significativa do poder do capital (S_1). O sujeito dividido, por sua vez, está determinado pela política educacional, como mão de obra qualificada, que compete para a produção do gozo capital. Esse discurso revela que o sujeito, enquanto capital humano em potencial, encontra-se no lugar de dominância, como sujeito dividido, ou seja, ele possui a ilusão que detém o poder de negociar sua posição na divisão social do trabalho, em troca de maior poder de consumo. A política educacional segue sob o imperativo da ciência, como perda (objeto a), que é o mais-de-gozar, produzido pelo domínio do discurso capitalista no campo educacional. A política educacional, como mais-de-gozar do capitalismo, pode ser lida como investimento para produção de mais capital humano, que por sua vez, retorna como mais-valia para o capitalista. Nesse caso, o resultado é a produção de aumento do individualismo e da competitividade para o sujeito, que se cobra cada vez mais para produzir os objetos de consumo para seu gozo.

Esse discurso produz um sujeito que deseja consumir, ao mesmo tempo que dirige todos os seus esforços na produção de objetos de desejo, trocando horas de trabalho por uma promessa de gozo. O sujeito passa a ser aquele materializado pelo significante-mestre capital, equivalente ao dinheiro ($\$ \rightarrow S_1$), fomentando um campo discursivo no qual o sujeito passa a ser reconhecido pelas suas posses, pelo seu “poder aquisitivo”, caracterizando o atual “império do ter” em detrimento do império do ser, este último que remete à ordem simbólica do desejo singular. De outro modo, o sujeito do desejo fica foracluído; no lugar da falta, característica do desejo, os produtos de consumo vêm ocupar a ilusão de um gozo pleno, absoluto, sem limites, que remete a uma política de massificação dos objetos de gozo.

A partir da inscrição do discurso do capitalismo, a Educação surge reinscrita como discurso concreto de novas oportunidades, individuais e sociais, de possibilidades de um gozo melhor no futuro, como produção de “material humano” para a sociedade capitalista. Dessa forma, temos o debate sobre o Estado mínimo ou Estado (neo)liberal, que pode ser lido justamente pela dominante do discurso capitalista na Educação, a qual aplica ao campo educacional a lógica do mercado, essa que opõe o direito social ao serviço de bens, o Estado e o mercado, respectivamente. Com a dominância desse

discurso, o capital determina a lógica do mercado sobre a sociedade, sobre o Estado e, conseqüentemente, sobre as políticas educacionais, no interior de um contexto em que a Educação passou a ser tratada em termos de mercadoria, ao mesmo tempo em que vai se constituindo tal qual amplo mercado educacional.

O aspecto econômico da Educação, como formação de “capital humano”, passa a ser cifrado (\$\$) e operacionalizado em termos de mercado, em que o conhecimento se transforma em valor, marca recente de nossa “sociedade do conhecimento”. Assim, assistimos à migração das técnicas administrativas de mercado para a administração pública, assim como, os critérios de eficácia, avaliação e os padrões ISO de qualidade e competitividade dos serviços privados, sendo aplicados no campo das políticas educacionais, por exemplo. Como salienta Voltolini (2007), não há como não pensar o sujeito de que fala a Psicanálise, sujeito da economia libidinal, sem levar em conta os efeitos da globalização econômica sobre as subjetividades contemporâneas. O discurso capitalista, associado ao poder da “tecnociência”, produz uma lógica, que, ao transformar o sujeito em consumidor, termina por reduzir a economia libidinal à simples fórmula custo-benefício.

Quando tratamos em termos da economia da Educação, vemos que o Estado segue como o grande investidor, arcando com os investimentos e com a gestão educacional, justamente por ser o responsável pela formação do futuro capital humano. A economia da Educação⁵ sustenta a existência de uma correlação entre o crescimento econômico e o nível educacional de uma dada sociedade. Segundo os teóricos da economia educacional, há uma “taxa de retorno social e individual” relacionada ao investimento educacional, sendo que, o Estado se beneficia com o lucro gerado a partir da maior produtividade dos indivíduos, desenvolvimento econômico, no sentido de que os investimentos rentáveis estão relacionados ao aumento educacional formal da população (FREITAG, 1979).

Em outra perspectiva, a análise ideológico-crítica demonstrou que essa “taxa de retorno” escamoteia a mais-valia, uma vez que a taxa de lucro, pensada em termos de crescimento econômico para o Estado e para o indivíduo, nada mais é que uma manobra ilusória, já que a verdadeira mais-valia, gerada com o produto do trabalho do proletário e investimento do Estado, será usufruída pelo próprio capital, ou empresário capitalista, que contratou a “mão de obra qualificada”. Nessa lógica, o Estado e a política educacional seguem dominados pelo discurso do mestre moderno, o discurso capitalista, que como sabemos, não oferece possibilidades para a criação de laços sociais, pois seu produto é a segregação dos “despossuídos”, dos sem-teto, dos sem-terra etc. O que esse discurso revela é que, a política educacional ocupa o lugar da perda, que volta como

⁵ Segundo o trabalho de Freitag (1979), Becker e Schultz fundamentam suas concepções teóricas a partir da alta correlação entre crescimento econômico e o nível educacional de uma dada sociedade. Portanto, a relação entre capital, trabalho e Educação dominou, no campo do embasamento teórico, o planejamento educacional, com maiores investimentos em recursos humanos ou formação de material humano.

mais-valia, seguindo a homologia do mais-de-gozar, conforme proposto por Lacan, produzindo o sujeito animado pelo discurso capitalista. Como sabemos, tal discurso corresponde ao desmantelamento dos laços sociais, transformando tudo e todos em objetos de produção e consumo.

É o que ilustra o cenário macroeconômico atual, no qual acompanhamos a reestruturação internacional do trabalho, que exige profissionais com novas disposições e habilidades, consideradas essenciais para os bons resultados econômicos. Conseqüentemente, tais transformações refletem sobre os sistemas educacionais do mundo inteiro: a nova pedagogia discursa sobre o desenvolvimento de habilidades e competências desejáveis ao pleno desenvolvimento humano, tais como autonomia para “aprender a aprender”, bem como, as competências necessárias à inserção no processo produtivo e tecnológico competitivo. Em suma, as dinâmicas dos sistemas educacionais acompanharam, direta ou indiretamente, as exigências requeridas por esse novo cenário, focalizando-se em conhecimentos e habilidades básicas para o mercado de trabalho e o desenvolvimento econômico atual.

O saber deixa de ser atribuído à operação de trabalho para ser um saber de capitalista, deixa de ser a lei que regulariza um tipo de laço e passa a ser lei do mercado, em que predomina a ausência de limites, a lei do mais forte. O que se produz sobre o imperativo desse discurso, a mais-valia, no lugar da perda pulsional, será destituído de seu valor, na medida em que a passagem do discurso do mestre para o discurso do capitalista representou, justamente, a destituição desse saber, operando a forclusão da lei e do sujeito do desejo.

Isso, também, ocorre com a Educação sob a inscrição desse discurso que, apesar de o Estado manter a ilusão de que está agindo por boas causas, assim como o trabalhador tem a ilusão de que participa do capital como consumidor, é o poder econômico que sustenta as políticas educacionais, que reproduz por sua vez a mais-valia por meio da formação de capital humano, que retorna como taxa de lucro absorvida pelo capital. Como vemos, tanto o aluno quanto o professor, o gestor, o pesquisador, o político, todos equivalem ao proletário para o capital, sendo considerados como valor de troca e de uso, como agentes de uma agência, ou operários de uma mesma fábrica.

A padronização dos sistemas de ensino constitui um fato inevitável frente às transformações econômicas das sociedades de capitalismo avançado; as recomendações e conclusões de organizações multilaterais, como UNESCO, OCDE, BID etc., são imensas e tendem a padronizar os debates e discursos sobre políticas educacionais, em especial, sobre a qualidade educacional e a relevância de avaliação, influenciando as políticas educacionais do mundo inteiro. As publicações internacionais ilustram bem o modelo de avaliação das políticas educacionais, que se desenvolveu e predominou a partir da metade do século XX – durante o processo de expansão do ensino de massa –, modelo o qual visa, especificamente, os resultados (produtos) alcançados pelas unidades

de ensino e pelos alunos, em face do mundo econômico e dos contextos socioprofissionais, em detrimento da avaliação estratégica e análise do processo da política educacional. Como efeito, sob a globalização econômica e financeira do capital, temos um aumento de interesse sobre as políticas educacionais, principalmente, para a produção de capital humano cada vez mais qualificado, aumentando as exigências sobre o produto dos sistemas educacionais, por conseguinte, a produção do discurso do fracasso da política educacional, quando das impossibilidades em produzir capital humano de excelência. Nesse ponto, encontramos a outra face do discurso do capitalismo no campo educacional, sua produção como discurso universitário-científico, que se associa ao discurso do domínio e do poder.

Assim, a ênfase dominante exercida pelo discurso capitalista se desdobra, também, sobre o discurso da universidade, que pode ser lido a partir da posição que a Universidade assume frente ao capitalismo. Ao colocar o fracasso da política educacional como sintoma produzido pelo discurso do mestre moderno, pode-se interrogar o lugar e o papel que a Universidade ocupa e desempenha na produção desse campo concreto de realidade. Como um discurso recente da civilização, a Universidade tem que responder qual é a sua posição frente ao domínio do capitalismo no campo da Educação. Essa resposta remete ao discurso que enuncia sua própria verdade: a universidade está a serviço de quem? O que indica essa realidade marcada por uma crescente produtividade acadêmica, colocando os pares em disputas estéreis para obtenção de recursos para pesquisas, induzindo cada vez mais o discurso universitário a adotar os padrões produtivos equivalentes aos utilizados pelo mercado? Sem contar com as aberrações no campo da publicação científica ou com a emergência de uma verdadeira indústria de congressos, conferências, seminários, cuja certificação passou a representar um fim em si mesmo.

REFERÊNCIAS

CATHELINEAU, Pierre-Christophe. Liberalismo e Moral Sadiana. In: GOLDENBERG, Ricardo (Org.). **Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise**. Salvador: Ágalma, 1997. p. 92-105.

FREITAG, Barbara. **Escola, estado & sociedade**. 6 ed. São Paulo: Moraes, 1979. 142 p.

GOLDENBERG, Ricardo. **Política e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 75 p.

LACAN, Jacques. A ciência e a Verdade. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Cap. 7, p. 869-892.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Cap.4, p. 238-324.

LACAN, Jacques. **O seminário livro 17: o avesso da psicanálise**. Tradução Ary Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. 209 p.

DE LAJONQUIÈRE, Leandro. **Infância e ilusão (psico)pedagógica: escritos de psicanálise e educação**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2009. 204 p.

LEITE, Nina Virgínia Araújo. **Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matemático, 1994. 240 p.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. Fracasso na implementação de políticas educacionais: sintoma e emergência do sujeito. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v.18, n.1, p. 53-70, abr., 2013.

QUINET, Antônio. **Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia**. Rio de Janeiro: Jorge Jahar, 2006. 236 p.

QUINET, Antônio. **Jacques Lacan: a psicanálise e suas conexões**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. 238 p.

QUINET, Antônio. A política nos laços sociais. In: QUINET, Antônio. **A estranheza da psicanálise: a escola de Lacan e seus analistas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. Cap 1, p. 45 – 48.

SOUZA, Aurélio. **Os discursos na psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003. 189 p.

VOLTOLINI, Rinaldo. O discurso do capitalista, a psicanálise e a educação. In: LEITE, Nina Virgínia de Araújo; AIRES, Suely; VERAS, Viviane (Org.). **Linguagem e gozo**. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 197-212.

Como citar este texto:

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. Psicanálise e Educação: o discurso capitalista no campo educacional. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 15, n. 3, p.407-424, set./dez. 2013. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/5553>>. Acesso em: 21 dez. 2013.